

**AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E  
COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018**

# **AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018**

## **Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Quotistas e Administradores da  
**Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas**  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas**. (“**Associação**” ou “**Agenda Pública**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

#### Saldo iniciais

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre os respectivos saldos. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme determina a NBC TA 510 - Trabalhos iniciais - saldos iniciais, não foram suficientes para obtenção de evidência apropriada e suficiente com o intuito de assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado, os fluxos de caixa e sobre as mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;





- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2019.



**BDO RCS Auditores Associados Ltda.**  
**CRC 2 SP 015165/0-8**

**Esmir de Oliveira**  
**Contador CRC 1 SP 109628/0-0**

# AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

## Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios	4	729.381	330.899	Fornecedores		29.579	1.902
Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados	4	153.577	472.354	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	9	32.651	35.044
Contas a Receber	5	245.581	157.429	Provisão de Férias e Encargos Sociais		60.638	80.664
Contas a Receber - Recurso de projetos	5	2.462.395	-	Obrigações Tributárias	10	51.391	40.030
Adiantamentos a Terceiros		59.263	740	Adiantamento de clientes		61.021	-
Impostos a Recuperar		269	269	Outras contas a pagar vinculados a Projetos	5	66.561	7.472
Despesas Antecipadas		11.983	6.435	Recursos de Projeto a Realizar	12a	2.530.045	243.769
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.662.449</b>	<b>968.126</b>	<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>2.831.886</b>	<b>408.881</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Depósitos Cauções		11.213	11.213	Patrimônio Social	11	591.305	(16.254)
Contas a Receber - Termos de Parceria	5	66.561	-	Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-
Depósitos Judiciais	6	15.895	-	Superavit do Exercício		352.756	607.559
Imobilizado	7	4.956	3.864	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>944.061</b>	<b>591.305</b>
Intangível	8	14.873	16.983	<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.775.947</b>	<b>1.000.186</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>113.498</b>	<b>32.060</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.775.947</b>	<b>1.000.186</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AGENDA PUBLICA - AGENCIA DE ANALISE E COOPERAÇÃO EM POLITICAS PÚBLICAS

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
<b>Com Restrição</b>			
Receitas de Projetos - Doações	12	1.822.880	2.659.361
<b>Sem Restrição</b>			
Doações Campanhas e Patrocínios Pessoais	13	5.666	-
Receitas de Serviços	13	2.133.450	1.362.829
(-) Deduções da Receita	13	(4.953)	(9.023)
Receitas de Gratuidades	17	44.700	-
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>4.001.743</b>	<b>4.013.167</b>
<b>CUSTOS</b>			
Consórcio Pró-Educação/SEDUC	14	(1.377.457)	(1.156.730)
<b>TOTAL DOS CUSTOS</b>		<b>(1.377.457)</b>	<b>(1.156.730)</b>
<b>CUSTOS COM PROJETOS</b>			
	12b		
Projeto Petrobras/Conseg		-	(82.468)
Projeto Anglo American		-	(17.672)
Projeto Bunge		(36.489)	(169.990)
Projeto Instituto Lina Galvani		(141.248)	(365.010)
Projeto MRN		(326.384)	(455.804)
Projeto Queiroz Galvão		(487.944)	(361.909)
Projeto Techint		(573.969)	(59.966)
Projeto Yamana		(70.616)	-
Projeto Fundação Vale/Canaã dos Carajás		(186.217)	-
Projeto União Européia		(13)	-
<b>TOTAL DOS CUSTOS COM PROJETOS</b>		<b>(1.822.880)</b>	<b>(1.512.819)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
	15		
Despesas com Pessoal		(158.003)	(478.460)
Despesas Tributárias		(7.953)	(6.954)
Despesas Administrativas Gerais		(431.487)	(480.553)
Outras receitas		178.179	228.585
Despesas de Gratuidade	17	(44.700)	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>(463.964)</b>	<b>(737.382)</b>
<b>SUPERÁVIT OPERACIONAL</b>		<b>337.442</b>	<b>606.236</b>
Receitas Financeira	16	17.926	7.004
Despesas Financeiras	16	(2.612)	(5.681)
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		<b>15.314</b>	<b>1.323</b>
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>352.756</b>	<b>607.559</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

## Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	31/12/2017 (Não auditado)
Superávit líquido do exercício	352.756	607.559
Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente no período	352.756	607.559

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	(16.254)	-	(16.254)
Superávit líquido do exercício	-	607.559	607.559
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	(16.254)	607.559	591.305
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior	607.559	(607.559)	-
Superávit líquido do exercício	-	352.756	352.756
Saldos em 31 de dezembro de 2018	591.305	352.756	944.061

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit líquido do exercício	352.756	607.559
Depreciação/Amortização	3.154	6.419
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO AJUSTADO</b>	<b>355.910</b>	<b>613.978</b>
<b>(AUMENTO)/DIMINUIÇÃO DAS CONTAS DO ATIVO</b>		
Contas a Receber	(88.152)	(115.033)
Adiantamentos a Terceiros	(58.523)	5.009
Impostos a Recuperar	-	(269)
Despesas Antecipadas	(5.548)	(2.459)
Depósitos Judiciais	(15.895)	-
Outras Contas a Receber	(66.561)	-
Contas a Receber - Termos de Parceria	(2.462.395)	-
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DAS CONTAS DO PASSIVO</b>		
Fornecedores	27.677	(16.098)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(2.393)	9.304
Provisão de Férias e Encargos Sociais	(20.026)	26.424
Obrigações Tributárias	11.361	26.199
Outras Obrigações	61.021	(49.206)
Recursos Vinculados a Projetos	59.089	-
Recursos de Projetos a Realizar	2.286.276	(452.132)
<b>FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>81.841</b>	<b>45.717</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(2.135)	(3.999)
<b>FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES COM INVESTIMENTOS</b>	<b>(2.135)</b>	<b>(3.999)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>79.706</b>	<b>41.718</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	803.253	761.535
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	882.959	803.253
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>79.706</b>	<b>41.718</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

---

### 1. Contexto operacional

A AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, é uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a amplificação da participação social por meio da construção de capacidades que resultem em políticas públicas mais democráticas e de qualidade.

As contribuições recebidas, bem como o eventual superávit de suas operações, não estão sujeitas à tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme legislação em vigor aplicável às associações sem fins econômicos.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da entidade, cuja conclusão foi autorizada pela administração em 22 de Abril de 2019, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, a avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, à análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como à análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Por serem estimativas, é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Foram suprimidos os centavos de todas as informações apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valoração de certos ativos não correntes, os quais são mensurados pelo valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

---

**3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

**(a) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades) são avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, com baixo risco e liquidez imediata, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

**(b) Despesas antecipadas**

Corresponde às despesas com projetos, os quais serão reconhecidos no resultado à medida que ocorrerem entradas de recursos.

**(c) Imobilizado**

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzidos da depreciação, que foi calculada pelo método linear, conforme apresentado na nota explicativa nº 07.

**(d) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**(e) Demais ativos e passivos**

Os ativos circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

**(f) Apuração do superávit**

As receitas e despesas estão demonstradas pelo regime contábil de competência e mensuradas pelo valor justo. As receitas são reconhecidas no resultado em função da sua realização e seu resultado puder ser estimado de forma confiável, sendo confrontadas com as despesas que pretendem compensar.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)**

---

**(g) Recursos sujeitos a restrição**

As doações recebidas com destinação para projetos sociais específicos da Associação são registradas no passivo circulante em “Doações Antecipadas”, sendo reconhecidas como receita ao longo do período que sejam realizadas as destinações (gastos / obrigações) especificadas nestas doações.

**(h) Imposto de renda e contribuição social**

A Associação é isento do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

**(i) Redução do valor recuperável dos ativos**

Anualmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização.

**(j) Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas.

**(k) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, quando não reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, posteriormente ao reconhecimento inicial.

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
<b>Recursos Próprios</b>		
Caixa	74	286
Bancos Conta Movimento	189.753	51.142
Aplicações Financeiras	539.554	279.471
<b>Caixa e Equiv. de Caixa - Rec. Próprios</b>	<b>729.381</b>	<b>330.899</b>
<b>Recursos de Vinculados</b>		
Banco Conta Movimento	15.517	55.670
Aplicações Financeiras	138.060	416.684
<b>Caixa e Equiv. de Caixa - Rec. Vinculados</b>	<b>153.577</b>	<b>472.354</b>

Estas são aplicações financeiras de liquidez diária alocadas em Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) de instituições financeiras de primeira linha com o rendimento que acompanha a taxa interbancária Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

	2018	2017
<b>Contas a Receber</b>		
Fundação Vale	92.550	-
Mineração do Rio Norte S/A	-	50.327
Instituto Yamana de Desenvolvimento Sócio Ambiental	23.666	-
Secretaria do Estado da Educação	129.365	103.102
Inst. de Manejo e Certif Florestal e Agric.	-	4.000
<b>Total</b>	<b>245.581</b>	<b>157.429</b>
<b>Recursos de Projetos</b>		
Projeto Fundação Vale	92.550	
Projeto Yamana	2.933	-
Projeto Queiroz Galvão	355.538	-
Projeto MRN	671.365	-
Projeto Lina Galvani	183.650	-
Projeto União Europeia	1.222.920	-
<b>Total</b>	<b>2.528.956</b>	<b>-</b>
<b>Recursos de Projetos</b>		
Curto Prazo	2.462.395	-
Longo Prazo	66.561	-
	<b>2.528.956</b>	<b>-</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

6. Depósitos judiciais

A Agenda Pública efetuou depósitos judiciais no ano de 2018 por conta do processo Nº 1025949-20.2018.8.26.0053 em que ela entende estar sofrendo bitributação de ISSQN sobre os serviços prestados a Secretaria do Estado da Educação (SEDUC), a Agenda Pública vem emitindo Notas Fiscais com o recolhimento de ISSQN no Município de São Paulo, onde a mesma está localizada, e a tomadora de serviços (SEDUC) tem promovido a retenção de ISSQN no município de Belém, por entender com base no artigo 4º da Lei Complementar nº 116/03 que deve haver a retenção pela prestação da atividade ocorrer em Belém do Pará, diante do conflito sobre o recolhimento do ISSQN, a Agenda Pública está depositando judicialmente o ISSQN incidentes sobre os seus serviços prestados a SEDUC do Pará, com o objetivo de suspender a exigibilidade do tributo para ambos os municípios e assim evitar o recolhimento em duplicidade, o parecer da Juíza autorizando o recolhimento das guias de Impostos Judiciais foi elaborado no dia 04 de agosto de 2018, foram recolhidos os ISSQN sobre as seguintes notas fiscais:

Cliente	Nota Fiscal	Valor Nota Fiscal	ISSQN
Secretaria do Estado da Educação	184	194.946	3.899
Secretaria do Estado da Educação	191	153.371	3.067
Secretaria do Estado da Educação	194	163.173	3.263
Secretaria do Estado da Educação	196	148.224	2.965
Secretaria do Estado da Educação	198	135.060	2.701
			<b>15.895</b>

7. Imobilizado

Custo	2017	Adições	Baixas	2018
Equipamentos de Tecnologia	4.501	-	-	4.501
Máquinas e Equipamentos	10.311	-	-	10.311
Móveis e Utensílios	15.127	-	-	15.127
Equipamentos de Informática	40.364	-	-	40.364
Aparelhos Telefônicos	1.425	2.135	-	3.560
	<b>71.728</b>	<b>2.135</b>	<b>-</b>	<b>73.863</b>
<b>Depreciação</b>				
Equipamentos de Tecnologia	(4.501)	-	-	(4.501)
Máquinas e Equipamentos	(10.311)	-	-	(10.311)
Móveis e Utensílios	(15.127)	-	-	(15.127)
Equipamentos de Informática	(36.631)	(804)	-	(37.435)
Aparelhos Telefônicos	(1.294)	(239)	-	(1.533)
	<b>(67.864)</b>	<b>(1.043)</b>	<b>-</b>	<b>(68.907)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>3.864</b>	<b>1.092</b>	<b>-</b>	<b>4.956</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

8. Intangível

Custo	2017	Adições	Baixas	2018
Marcas e Patentes	20.984	-	-	20.984
Softwares	2.500	-	-	2.500
	<b>23.484</b>	-	-	<b>23.484</b>
<b>Amortização</b>				
Marcas e Patentes	(4.001)	(2.110)	-	(6.111)
Softwares	(2.500)	-	-	(2.500)
	<b>(6.501)</b>	<b>(2.110)</b>	-	<b>(8.611)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>16.983</b>	<b>(2.110)</b>	-	<b>14.873</b>

9. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2018	2017
Salários a Pagar	6.094	-
Contribuição Sindical/Assistencial	-	353
FGTS	4.497	5.923
INSS	14.452	20.856
PIS s/ folha de pagamento	527	971
IRRF s/ folha de pagamento	7.081	6.941
<b>Total</b>	<b>32.651</b>	<b>35.044</b>

10. Obrigações tributárias

Descrição	2018	2017
Cofins a recolher	29.701	30.451
ISS a recolher	20.986	8.122
IRRF a recolher	42	214
IRRF s/ aluguéis a recolher	506	506
PIS, Cofins e Contribuição Social a recolher	-	685
INSS retido a recolher	55	52
ISS retido	101	-
<b>Total</b>	<b>51.391</b>	<b>40.030</b>



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)**

---

**11. Patrimônio social**

A Associação, por ser entidade de fins não lucrativos, não distribui superávits apurados, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus associados, instituidores e administradores, sob qualquer forma. Em conformidade com a NBC T - 10.19, item 10.19.2.7, o superávit ou déficit apresentado ao término de cada exercício será agregado ao patrimônio social da entidade. As receitas geradas pela Associação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais.

No caso de dissolução da Organização, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra, ou outras pessoas jurídicas sem fins econômicos, qualificadas nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da Organização e que será escolhida pela Assembleia Geral, especialmente convocada para decidir esta matéria.

A instituição que receber o patrimônio da Organização não poderá distribuir lucros, dividendos ou qualquer outra vantagem semelhante a seus associados ou dirigentes.

Na hipótese de a Organização perder a qualificação de OSCIP, instituída pela lei 9.790/99, os acervos patrimoniais disponíveis, adquiridos com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, serão contabilmente apurados e transferidos a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social, e será escolhida pela Assembleia Geral, especialmente convocada para definir esta matéria.

**12. Recursos de projetos a realizar**

A Entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.

Do total dos recursos recebidos em 2018, sendo R\$ 1.314.470 referem-se a novos projetos e R\$ 2.794.686 a projetos existente, R\$ 1.822.880 foram aplicados neste exercício e R\$ 2.530.045 (2017 - R\$ 243.769) serão aplicados em 2019 na continuidade dos projetos.

Os recursos recebidos e aplicados na execução dos projetos estão demonstrados no quadro abaixo:

# AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

---

### a. Custos com a execução de Projetos

	2017	Contratação			2018
		Novo Projeto	Doações	Consumo	
Projeto Bunge	-	-	36.702	(36.490)	212
Projeto Fundação Vale	-	92.550	273.801	(186.216)	180.135
Projeto Instituto Lina Galvani	-	-	362.961	(141.248)	221.713
Projeto MRN	-	-	859.870	(326.384)	533.486
Projeto Queiroz Galvão	60.568	-	801.118	(487.943)	373.743
Projeto Techint	183.201	-	390.769	(573.970)	(0)
Projeto Yamana	-	-	69.465	(70.616)	(1.151)
Projeto União Européia	-	1.221.920	-	(13)	1.221.907
	<u>243.769</u>	<u>1.314.470</u>	<u>2.794.686</u>	<u>(1.822.880)</u>	<u>2.530.045</u>

AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

b. Custo com a execução de projetos

PROJETO	Despesas com Pessoal	Encargos	Provisões de Férias e 13º	Serviços de Teceiros	Transportes	Despesas Gerais e Adm.	Outros Custos Aplicados	Custos Compartilhados	Custos 2018
Projeto Bunge	(3.400)	-	-	(3.820)	-	(9.727)	(5.543)	(14.000)	(36.490)
Projeto Fundação Vale	(39.397)	(11.633)	(4.483)	(42.557)	(3.676)	(33.418)	(27.067)	(23.985)	(186.216)
Projeto Instituto Lina Galvani	(38.837)	(9.049)	(7.171)	(29.036)	(3.401)	(3.515)	(22.764)	(27.475)	(141.248)
Projeto MRN	(133.557)	(45.237)	(14.642)	(36.105)	(13.829)	(57.038)	(25.976)	-	(326.384)
Projeto Queiroz Galvão	(109.855)	(43.612)	14.534	(71.397)	(4.133)	(62.077)	(99.363)	(112.040)	(487.943)
Projeto Techint	(42.663)	(11.747)	(8.070)	(183.431)	(2.760)	(99.218)	(61.371)	(164.710)	(573.970)
Projeto Yamana	(23.348)	(7.250)	(5.231)	(4.575)	41	(8.699)	(9.445)	(12.109)	(70.616)
Projeto União Européia	-	-	-	-	-	-	(13)	-	(13)
	<b>(391.057)</b>	<b>(128.528)</b>	<b>(25.063)</b>	<b>(370.921)</b>	<b>(27.758)</b>	<b>(273.692)</b>	<b>(251.542)</b>	<b>(354.319)</b>	<b>(1.822.880)</b>

# AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

### 13. Receitas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas Com Restrição</b>		
Receitas de Projetos - Doações (nota 12)	1.822.880	2.659.361
<b>Receitas Sem Restrição</b>		
Doações Campanhas e Patrocínios - Pessoas Jurídicas	5.666	-
Receita de Serviços	2.133.450	1.362.829
<b>Total</b>	<u>2.139.116</u>	<u>1.362.829</u>
<b>Deduções da Receita</b>		
( - ) COFINS	(2.988)	(6.864)
( - ) ISS	(1.965)	(2.159)
<b>Total</b>	<u>(4.953)</u>	<u>(9.023)</u>
Gratuidades (nota 17)	44.700	-
<b>Receita Líquida</b>	<u>4.001.743</u>	<u>4.013.167</u>

### 14. Custos operacionais

<b>Descrição</b>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos com Pessoal - Consórcio Pró-Educação (a)	(752.460)	(670.555)
Custos Diversos - Consórcio Pró-Educação (b)	(346.587)	(335.314)
Despesas Reembolsáveis - Consórcio Pró-Educação	(49.093)	(1.130)
Outros Custos aplicados - Consórcio Pró-Educação (c)	(229.317)	(149.731)
<b>Total</b>	<u>(1.377.457)</u>	<u>(1.156.730)</u>

#### (a) Custos com pessoal - Consórcio Pró-Educação

<b>Descrição</b>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	(449.862)	(406.157)
13º Salário	(36.586)	(33.204)
Férias	(56.687)	(43.558)
INSS	(166.245)	(150.653)
FGTS	(41.856)	(35.576)
PIS	(23)	-
Exame Médico	(336)	(83)
Vale Transporte	(865)	(1.324)
<b>Total</b>	<u>(752.460)</u>	<u>(670.555)</u>

# AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

### (b) Custos diversos - Consórcio Pró-Educação

Descrição	2018	2017
Serviços de Terceiros	(232.687)	(220.650)
Manutenção e Conservação	(13.775)	(3.287)
Viagens e Estadas	(4.189)	(4.258)
Custos Diversos	(95.936)	(107.119)
<b>Total</b>	<b>(346.587)</b>	<b>(335.314)</b>

### (c) Outros custos aplicados - Consórcio Pró-Educação

Descrição	2018	2017
Despesas Bancárias	(1.061)	(786)
PIS	-	(3.130)
COFINS	(159.155)	(95.191)
ISS	(69.003)	(48.354)
Juros e Multas	(98)	(2.270)
<b>Total</b>	<b>(229.317)</b>	<b>(149.731)</b>

## 15. Despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas com Pessoal (a)	(158.003)	(478.460)
Despesas Tributárias (b)	(7.953)	(6.954)
Despesas Administrativas Gerais (c)	(431.487)	(480.553)
Outras Receitas	178.179	228.585
Despesas Gratuidades	(44.700)	-
<b>Total</b>	<b>(463.964)</b>	<b>(737.382)</b>

# AGENDA PÚBLICA - AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

### (a) Despesas com pessoal

Descrição	2018	2017
Salários	(234.212)	(290.750)
13º Salário	(18.756)	-
Férias	(16.595)	-
INSS	(58.953)	(59.421)
FGTS	(28.746)	(22.169)
PIS	(2.387)	(2.406)
Exame Médico	(410)	-
Benefícios	(63.967)	(35.209)
Provisão de Férias	(21.353)	(40.213)
Provisão de 13º Salário	(1.119)	(28.292)
(-) Recup. de Despesas - Custos Compartilhados	288.495	-
<b>Total</b>	<b>(158.003)</b>	<b>(478.460)</b>

### (b) Despesas tributárias

Descrição	2018	2017
IR Aplicações Financeiras	-	(88)
Cofins s/ Receitas Financeiras	(1.121)	(1.203)
IOF	(108)	(41)
IPTU	(6.004)	(5.223)
Impostos e Taxas	(720)	(399)
<b>Total</b>	<b>(7.953)</b>	<b>(6.954)</b>

### (c) Despesas administrativas gerais

Descrição	2018	2017
Serviços de Terceiros	(366.725)	(272.232)
Depreciação/Amortização	(3.154)	(6.419)
Viagens e Estadas	(98.312)	(130.717)
Aluguéis/Condomínios	(67.408)	(15.254)
Custos Diversos	(59.139)	(55.931)
(-) Recuperação de Despesas	27.488	-
(-) Recup. de Despesas - Custos Compartilhados	135.763	-
<b>Total</b>	<b>(431.487)</b>	<b>(480.553)</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

16. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Descontos Obtidos	39	-
Receitas Aplicações Financeiras	17.887	7.004
	<u><b>17.926</b></u>	<u><b>7.004</b></u>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Despesas Bancárias	(2.612)	(2.165)
Juros Passivos	-	(3.516)
	<u><b>(2.612)</b></u>	<u><b>(5.681)</b></u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<u><b>15.314</b></u>	<u><b>1.323</b></u>

17. Gratuidades

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou todo o valor de gratuidade e trabalho voluntário por ela recebido durante o exercício de 2018.

Os valores de gratuidade e trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

Descrição	2018
Gratuidades - Conselho Fiscal	18.400
Gratuidades - Gestão Estratégica	26.300
	<u><b>44.700</b></u>

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecido contabilmente como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem qualquer efeito sobre o superávit do exercício.

18. Instrumentos financeiros

A Associação possui instrumentos financeiros não derivativos como outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. A Associação não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)**

---

Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC - PME, a entidade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa: são classificadas como mantidas até seu vencimento. São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável;
- Aplicações financeiras: são classificadas como disponíveis para negociação ou venda e estão avaliadas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo ajustados a valor de mercado.

A Associação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. São considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

As operações usuais da Associação estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

**Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras das doações recebidas pela Associação para realização dos projetos.

**Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Associação sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com relação a esse risco, cabe salientar que os ativos financeiros se encontram indexados por taxas de juros pré-fixadas.

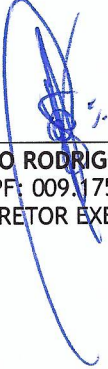


Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

---

19. Cobertura de seguros (não auditado)

A Associação mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos. Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos e perdas sobre os ativos.



---

SÉRGIO RODRIGO ANDRADE  
CPF: 009.175.556-51  
DIRETOR EXECUTIVO



---

DAVID COPPOLA  
CRC: 1SP 167.760/O-7  
CONTADOR